

## UM PODER EVANGÉLICO NO ESTADO BRASILEIRO? MOBILIZAÇÃO ELEITORAL, ATUAÇÃO PARLAMENTAR E PRESENÇA NO GOVERNO BOLSONARO

Marcelo Ayres Camurça

**Resumo:** Este texto tem por finalidade examinar as estratégias pelas quais as principais igrejas evangélico-pentecostais ocuparam a política, mediante suas bancadas parlamentares e cargos governamentais, para estabelecer uma normatividade legal através da qual os valores de sua dogmática religiosa são convertidos em políticas públicas. É o que se conceitua como uma confessionalização da política e do espaço público. Discute-se, também, como graus de intolerância e beligerância podem conviver no imaginário religioso da população evangélica, com suas estruturas de sentido para a vida. Busca-se, ainda, analisar a influência destas forças cristãs conservadoras no Congresso Nacional eleito em 2018 e sua interferência no resultado do pleito presidencial, com a eleição de um governo de extrema direita. Por fim, interpreta-se a associação da imagem do presidente Bolsonaro com o segmento evangélico e as implicações políticas e sociais disto.

**Palavras-chave:** Religião, política, Cristianismo, eleições 2018, governo Bolsonaro.

### An evangelical power in the Brazilian State? electoral mobilization, parliamentary action and presence in the Bolsonaro government

**Abstract:** The purpose of this paper is to examine the strategies by which the main Evangelical-Pentecostal churches occupied politics, through their parliamentary benches and government positions, to establish a legal normativity through which values of their religious dogmatics are converted into public policies. It is what is conceptualized as a confessionalization of politics and the public space. It is also discussed how degrees of intolerance and belligerence can coexist in the religious imagination of the evangelical population, with their meaning structures for life. It also seeks to analyze the influence of these conservative Christian forces on the National Congress elected in 2018 and their interference in the results of the presidential election, in which an extreme right government was elected. Finally, the association of President Bolsonaro's image with the evangelical segment and the political and social implications of it are interpreted.

**Keywords:** Religion, politics, Christianity, elections 2018, Bolsonaro government.

### ¿Un poder evangélico en el estado brasileño? movilización electoral, acción parlamentaria y presencia en el gobierno de Bolsonaro

**Resumen:** El propósito de este texto es examinar las estrategias mediante las cuales las principales iglesias evangélicas-pentecostales ocuparon la política a través de sus grupos parlamentarios y posiciones en los gobiernos para establecer una normatividad legal a través de la cual los valores de sus dogmáticas religiosas se convierten en políticas públicas. Es lo que se conceptualiza como una confesionalización de la política y del espacio público. También se discute cómo los grados de intolerancia y beligerancia pueden coexistir en la imaginación religiosa de la población evangélica con sus estructuras de significado para la vida. También busca analizar la influencia de estas fuerzas cristianas conservadoras en el Congreso Nacional elegido en 2018 y su interferencia en el resultado de las elecciones presidenciales con la elección de un gobierno de extrema derecha. Finalmente, se interpreta la asociación de la imagen del presidente Bolsonaro con el segmento evangélico y sus implicaciones políticas y sociales.

**Palabras clave:** Religión, política, Cristianismo, elecciones 2018, gobierno de Bolsonaro.

### Introdução

Desde o ingresso dos evangélico-pentecostais na política, no ano de 1986, visando eleger representantes para a Assembleia Constituinte no intuito, segundo eles, de combater tanto a influência católica quanto a influência secular na nova Constituição, as Ciências Sociais que tratam do tema da religião no Brasil vêm monitorando e refletindo sobre o fenômeno.

A partir do já célebre artigo de Antônio Flávio Pierucci (1989) que descreveu a presença dos representantes de Deus em Brasília para afirmar sua marca conservadora no campo moral – em aliança com outros setores tradicionais na política – visando estabelecer uma pauta oposta aos direitos

humanos e sociais na Constituição de 1988, uma série de artigos, capítulos e livros procuraram dar conta desta marcha constante e ascendente dos evangélicos rumo às esferas de poder no país<sup>1</sup>.

Podemos hoje, após três décadas de atuação ininterrupta destes grupos religiosos na política, traçar uma tipologia que demarca três fases de sua atuação. Uma primeira, que registra seu suporte às forças políticas de direita, como o apoio à campanha de Fernando Collor à presidência em 1989 e a consequente demonização das candidaturas de esquerda, como a de Lula na referida eleição (MARIANO, 1999). Isto entremeado por uma ligeira mudança de rota ao apoiarem forças liberais em aliança com a direita nas eleições de Fernando Henrique Cardoso representada pela aliança PSDB-PFL nos anos de 1990. Uma segunda, quando moveram seu apoio para a centro-esquerda, representada nos governos Lula e Dilma em aliança com o PMDB nos anos 2000. E uma terceira, quando abandonam esta coalizão para se articularem no *impeachment* da presidenta, numa nova aliança neoliberal de direita que reuniu os partidos derrotados nas últimas eleições PSDB e DEM com o PMDB – até então aliado do PT – no chamado golpe branco da deposição de Dilma e colocação de seu vice Michel Temer no poder. Uma derivação que pode ainda ser colocada nesta terceira fase da participação política de evangélicos pentecostais foi o seu desembarque maciço e unânime na candidatura de Jair Bolsonaro em 2018, como aliado imprescindível e decisivo, que fez o grupo agora se deslocar para um espectro político de extrema direita.

Sobre esta inflexão à direita, Burity (2018, p. 40) fez a seguinte reflexão: “não mais se juntam ao caudal da democratização para dele se beneficiarem” como na sua aliança no projeto de governo Lula dos anos 2000, “mas disputam o conteúdo mesmo da democracia e da legalidade, golpeando aliados de mais de uma década e forjando uma coalizão de neoliberais, neoconservadores e outras correntes de centro e de direita”.

Neste artigo, não vou me concentrar nas duas primeiras fases da jornada política dos evangélicos pentecostais (1986-2016). No que diz respeito a esta questão, vou apresentar apenas um painel geral dos interesses, estratégias e modo de operação das igrejas evangélicas na direção da política e dos espaços de poder. Irei, fundamentalmente, me concentrar, a partir do *impeachment* na presidenta Dilma Rousseff em 2016, na sua participação nas eleições de 2018, onde sobressaíram características de um conservadorismo moral extremado que está se projetando nas políticas de Estado perpetradas por áreas do governo Bolsonaro onde eles, os evangélicos, estão incrustados. Isto, afora sua atuação na poderosa Frente Parlamentar Evangélica, na Câmara Federal, por onde impulsionam seus projetos políticos de conquista da sociedade.

---

<sup>1</sup> Ficaria muito extenso se fosse aqui relacionar o conjunto das obras que cobriram o avanço evangélico pentecostal nestes seus mais de 40 anos de vida pública. Menciono apenas os autores que constam das referências bibliográficas deste texto para dar uma dimensão, ainda que imprecisa, de sua amplitude: Antonio Flávio Pierucci, Ronaldo Almeida, Joanildo Burity, Leonildo Campos, Rubem César Fernandes, Maria das Dores Machado, Cecília Mariz, Clara Mafra, Ari Pedro Oro, Pierre Sanchis, Paula Montero e, mais recentemente, Emerson Giumbelli, Christina Vital e Edlaine Gomes. Outros tantos autores, os quais não utilizei como referência neste texto, deveriam também ser mencionados. Então, a título de alargar um pouco mais a lista, cito os mais proeminentes: Reginaldo Prandi, Regina Novaes, Patrícia Birman e Paul Freston. Gostaria de registrar um agradecimento ao Núcleo de Estudos de Religião Cultura e Política (NERPO), em especial sua coordenadora Júlia Miranda e aos pesquisadores, Emanuel Freitas, Alexandre Landim, Íris, Dani, Rogério e Adriano pela convivência e interlocução realizada ao longo de 2018.

Por fim, falo ainda da afinidade eletiva que conjuga as próprias performances simbólico/religiosas/conservadoras de Bolsonaro, enquanto presidente, com o igual estilo conservador moralista dos evangélicos. Afinidade que parece se tornar duradoura, vide o resiliente percentual evangélico de apoio ao seu governo.

### **Esquema de atuação evangélico-pentecostal na política: eleições e poder**

Desde 1986, os evangélicos pentecostais<sup>2</sup> descobriram que podiam converter sua crescente presença religiosa na sociedade brasileira em representação política e em acesso às esferas do poder para consolidar e expandir sua força e representatividade no país. Segundo Campos (2006, p. 81), “a politização de uma Igreja [pentecostal] é uma consequência natural da multiplicação dos espaços sociais ocupados por ela [...] e da multiplicação de seus interesses patrimoniais, financeiros e burocráticos”.

Segundo Burity (2018, p. 36), essa “estratégia de representação eleitoral autônoma” das igrejas evangélicas, devido ao “seu sucesso, foi se redefinindo paulatinamente em termos de uma pretensão a tornarem-se governo” através da participação, enquanto grupo religioso, “em negociações de coalizões, ocupando diferentes partidos e buscando controlá-los [...] como no caso da IURD com o PL/PR e da Assembléia de Deus com o PSC”, compondo os diretórios dos partidos majoritários ou “criando novos partidos e dirigindo-os (caso da IURD com o PRB)” e “na indicação de nomes na formação de chapas para eleições majoritárias”.

Ainda segundo Campos (2006, p. 61), “o segredo do sucesso” político destas igrejas se deve “a inovação do *modus operandi* de se fazer política no meio evangélico, proporcionado pela IURD”. Prosseguindo, ele afirma que “a Igreja tem dividido os templos entre seus candidatos oficiais, sendo que estas ‘paróquias’ se comportam como se fossem ‘distritos eleitorais’”.

Para Mariano, a fórmula propagada pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), implicou em lançar

candidaturas próprias [...] para expandir seu crescimento e defender seus interesses corporativos [...]. Durante as eleições, os templos exibem faixas com o nome e número dos candidatos oficiais da igreja. Pastores e bispos pedem abertamente voto para eles do alto do púlpito. Obreiros distribuem “santinhos”. Suas emissoras de rádio e TV fazem propaganda eleitoral (1999, p. 91).

Enfim, como fatores responsáveis pelo êxito político-eleitoral da igreja, aparecem “o poder centralizador, o carisma dos líderes, o uso da ‘máquina da igreja’, a disciplina dos pastores e a obediência dos fiéis” (MARIANO, 1999, p. 91).

---

<sup>2</sup> Almeida (2017) discute a pertinência da categoria “evangélicos” para se referir a este segmento religioso. Fala da abrangência desta noção para englobar as particularidades que compõe o grupo. Se refere também ao fato de que a quase totalidade dos autores que tratam do tema nas Ciências Sociais da religião no Brasil utilizam o termo. Diz, ainda, que o termo foi oficializado no Censo Demográfico que elaborou as categorias: “evangélicos pentecostais” e “evangélicos não pentecostais” para tratar dos dois segmentos majoritário e minoritário (histórico) da tradição protestante. Portanto, assumo a forma “evangélico pentecostal”, pois se refere ao segmento amplamente majoritário deste grupo cristão no país, além do fato que as igrejas, lideranças, articulações de que estou tratando no texto serem as que pertencem ao grupo.

As duas experiências exitosas dos evangélicos pentecostais para chegarem ao poder por via própria e através deste mecanismo que combinava religião e política foram as eleições de Anthony Garotinho para governador do Estado do Rio de Janeiro, de 1998 a 2002, e a de Marcelo Crivella para prefeito da cidade do Rio de Janeiro, num mandato de 2016 a 2020.

No caso de Garotinho, membro da Igreja Presbiteriana, este foi eleito numa frente política progressista, derrotando o candidato conservador César Maia, do PFL. Sua condição de ex-membro do PT e de brizolista do PDT permitiu esta aliança de partidos à esquerda com apoio de setores da sociedade civil organizada. No entanto, pouco a pouco o viés religioso começou a despontar na condução de sua política de governo. Sua condição de evangélico passou a ser acionada em sua forma de atuação como governante. No seu mandato, segmentos evangélico-pentecostais tiveram presença considerável, diversos acordos foram assinados entre as secretarias de ação social com entidades filantrópicas sob a direção de parlamentares evangélicos. O caso paradigmático deste tipo de convênio foi o do cheque cidadão, um programa de renda mínima do governo que registrou e distribuiu um montante financeiro para a população carente. Pulularam denúncias na imprensa sobre o caráter viciado da escolha dos beneficiários, que recaía, na mais das vezes, sobre o eleitorado evangélico ou no meio onde este se encontrava (MACHADO, 2006).

A continuidade de Garotinho no poder estadual do Rio de Janeiro se deu pela escolha de sua esposa, Rosinha, para sucedê-lo. O mandato de Rosinha Garotinho manteve o mesmo esquema beneficente eleitoral adotado pelo marido, favorecendo entidades e igrejas evangélicas, mas o que se destacou no seu período de governança, com respeito a relação religião e Estado, foi seu projeto pioneiro de Ensino Religioso nas escolas públicas do Rio de Janeiro. O modelo proposto estabeleceu a forma confessional de Ensino Religioso, tendo professores e conteúdos curriculares indicados por cada confissão religiosa particular, numa equivalência de cerca de 50% para católicos, 40% para evangélicos e 10% para outras confissões (GIUMBELLI, 2004). Esta forma confessional de introdução de um ensino religioso nas escolas públicas, ao recusar que o tema da religião pudesse ser ministrado, de forma acadêmica, por professores de História, Letras, Filosofia, ou por profissionais formados nos cursos de graduação em Ciências da Religião com padrão universitário (conforme se deu em outros estados da federação), estabeleceu, de fato, um consórcio cristão compartilhado entre católicos e evangélicos na gestão educacional pública, que deveria ser um atributo do Estado laico (GIUMBELLI, 2004).

No caso de Crivella, um político constituído com a *persona* neopentecostal muito nítida, sua eleição para a prefeitura carioca em 2016, uma das cidades mais secularizadas do país e cartão de visita turístico de um lugar marcado pelo carnaval, praias e sensualidade, pareceu um tanto atípica. Num pleito eleitoral singular e circunstancial, aonde os tradicionais partidos de centro, como o PMDB, se encontravam com a reputação destruída pela chamada Operação Lava-Jato – os dois ex-governadores e presidente da Assembleia do Estado presos –, o bispo-senador conseguiu amearhar, entre setores conservadores do município, os votos necessários para derrotar o candidato da esquerda, Marcelo Freixo, a outra opção no segundo turno destas eleições.

Ao longo do seu mandato, Crivella foi acumulando uma série de embates com setores da sociedade civil carioca: artistas, intelectuais, membros da imprensa e formadores de opinião da cidade.

Dentre estas, pode-se mencionar: a redução dos recursos financeiros para o Carnaval, o maior espetáculo cultural e turístico que torna mundialmente famoso o Rio de Janeiro; o cancelamento de uma exposição de arte gay em um museu público na prefeitura; acusação de uso de edifícios públicos para serviços religiosos da IURD, da qual pertence; acusação de indicações para que os membros de sua igreja tivessem preferência no atendimento nos serviços públicos de saúde do município.

No interior destas controvérsias, a análise mais corrente imputou a pertença religiosa-pentecostal do prefeito como a responsável por uma intromissão confessional e teocrática nas suas políticas, que deveriam ser públicas e universais. Neste caso, a rubrica “evangélico” termina por simbolizar, de antemão, um comportamento previsível com relação ao que está por trás das intenções políticas dos governantes com essa confissão.

Então, para fugir a rotulação, o prefeito, com estas duas pertenças, foi se equilibrando no cargo, revelando uma faceta para uma faixa dos cidadãos do município e ocultando outra, e vice-versa. Almeida (2017, p. 15) diz que Crivella nas favelas “enfatizou o empreendedorismo sem falar de religião, enquanto nas igrejas pregava-se o empreendedorismo sem fazer referência à política”. A estratégia, parece, foi investir num esforço duplo de captação do eleitorado – liberal quanto à atividade econômica e conservador nos costumes – tanto de extração evangélica pentecostal, quanto aquele não evangélico, mas de feição conservadora/tradicional. E, diante dos insucessos administrativos, o estrategema do prefeito passou a ser de investir na fórmula ideológica do Estado cristão, que obteve sucesso na campanha presidencial de Bolsonaro, acompanhando também uma tradicionalização que veio se operando na sua igreja, a IURD, em relação a antiga posição mais pragmática.

Munido de um discurso de confronto à liberalização de costumes, Crivella procurou angariar o respaldo destes setores conservadores da cidade, acrescido de uma política clientelista voltada para os setores evangélicos pobres. Declarações recentes dele, como a que diz que “só vamos vencer essa crise com mudanças de costume” através de “princípios morais cristãos da civilização ocidental” (NOGUEIRA, 2019), sugerem um tom semelhante às demais correntes conservadoras evangélicas das quais a IURD destoava em termos de estratégia. A recente medida, tomada por Crivella ao mandar recolher um livro de história em quadrinhos que retrata um beijo gay, na Bienal do Livro, foi vista como um ato de censura, de caráter homofóbico e movida por preconceito religioso. A reação da sociedade civil não se fez por esperar – pronunciamentos da OAB-RJ, de vereadores progressistas, de grupos LGBTs, além da liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro respondendo a um mandato impetrado pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros –, redundando numa fragorosa derrota para o prefeito (TERRA, 2019). A pesquisa do Instituto Datafolha, de dezembro de 2019, aponta uma rejeição de 72% à administração de Crivella a frente da prefeitura do Rio de Janeiro. Esta avaliação da população carioca representa tanto uma ameaça ao projeto continuísta do prefeito-bispo, quanto macula a experiência de gestão dos evangélicos pentecostais para cargos majoritários no país. Retomo esta questão na conclusão deste texto, ao comentar o nítido traço evangélico pentecostal no governo de Bolsonaro.

### **Estratégias de ocupação do poder político pelas forças evangélico-pentecostais e reconfigurações no Estado brasileiro diante desta presença**

Além do seu próprio plano para a conquista das instâncias estatais do poder, as cúpulas das igrejas evangélico-pentecostais se beneficiaram das alianças firmadas com os mais importantes partidos políticos brasileiros. Já no governo Marcello Alencar, do PSDB/RJ (1994-1998), foi nomeado, como Secretário do Trabalho e da Ação Social do Estado, o deputado Aldir Cabral, vice-presidente da IURD, a quem a imprensa acusou “de privilegiar fiéis da igreja na oferta de trabalho por meio do SINE (Serviço Nacional de Empregos)”, conforme menciona Mariano (1999, p. 92). A IURD esteve presente também no governo Alckmin, do PSDB paulista, particularmente na Secretaria de Desenvolvimento Social, após a nomeação de Rogério Hamam, do PRB, para a pasta. Lá, atuaram através de duas diretorias no projeto Juventude contra o Crack (GUTIERREZ, 2015).

Em todas as eleições, de 1985 até a atualidade, os evangélicos estiveram apoiando candidatos a presidente, governadores e prefeitos. Em 1989, apoiaram Collor, em 1992, Paulo Maluf para prefeitura de São Paulo, em 1994, Fernando Henrique Cardoso para presidente, Mário Covas e Marcello Alencar para governadores, respectivamente, de São Paulo e Rio de Janeiro, da mesma forma Paulo Souto, do PFL, partido de Antônio Carlos Magalhães, ao governo da Bahia. Em 1998, apoiaram os tucanos José Serra, para a prefeitura de São Paulo, e Sérgio Cabral Filho, para a do Rio de Janeiro, e Antônio Imbassay, do PFL, para o município de Salvador (MARIANO, 1999). Ou seja, mudaram-se governos, mas os quadros evangélicos mantiveram-se sempre nas franjas do poder nestes 40 anos, como destaquei, na tipologia das três fases, na introdução deste artigo.

Em busca dos votos dos fiéis evangélico-pentecostais, as campanhas majoritárias para prefeitos, governadores e presidente das principais agremiações políticas do país firmaram compromissos com essas instituições religiosas, abrigando dezenas de candidatos evangélicos nas suas legendas (MARIANO, 2011). Estes compromissos eram, inicialmente, mais no sentido de facilitar a concessão de rádios e TVs para as igrejas, mas, no decorrer do tempo, passaram a consolidar uma atuação evangélica que sancionava ou continha medidas sobre direitos humanos e reprodutivos, assim como sobre códigos de comportamento moral/social, no interesse dessas religiões<sup>3</sup>.

Invocando a condição da maioria religiosa<sup>4</sup> no seio da população brasileira, as instituições evangélicas – neste particular, somadas aos setores conservadores da Igreja Católica – reivindicam um papel na definição das políticas de Estado com relação à educação, saúde, ciência. Retomarei mais adiante a discussão sobre a questão de maioria e minoria religiosa na conformação da gestão do Estado democrático.

Está, então, instaurada uma clivagem sobre o que é o bem comum que coloca em campos distintos concepções religiosas e laicas. Cada uma delas aciona sentidos divergentes sobre o caráter laico do Estado. O Brasil é um país laico dizem setores seculares que querem garantir a autonomia pedagógica, científica, jurídico-normativa como forma de gestão do bem público. O Brasil é um país laico, mas não ateu replicam os setores evangélicos pentecostais secundados por católicos

---

<sup>3</sup> As iniciativas de políticas públicas contra os quais as forças evangélicas organizadas se insurgiram foram: projetos de descriminalização do aborto, da união civil entre homossexuais, de descriminalização das drogas, da inclusão dos direitos sexuais e reprodutivos no rol dos direitos humanos, da proibição de símbolos religiosos em repartições públicas, de criar padrões acadêmicos para o tratamento do ensino religioso na escola pública (MARIANO, 2011).

<sup>4</sup> Segundo dados do último Censo de 2010, 86,8% da população é composta de cristãos, donde 64,6% são católicos e 22,2% evangélicos (CAMURÇA, 2013).

tradicionais, que desejam que valores religiosos venham influir nas decisões de Estado com relação à sociedade, devido ao que julgam ser o peso da presença religiosa nesta sociedade.

No meu entender, é importante pontuar que estas forças religiosas não devem ser caracterizadas como necessariamente fundamentalistas ou teocráticas<sup>5</sup>, pois a despeito de seu explícito conservadorismo moral-social, elas cultivam uma concepção da Estado e de política republicana, ainda que como referência formal. Elas atuam nos partidos existentes, formam bancadas, fazem *lobby*, participam de comissões parlamentares, organizam marchas, manifestações, estabelecem alianças com outros atores políticos conservadores. Tudo isto para infundir, dentro do formato político-republicano que baliza sua conduta pública, valores religiosos conservadores<sup>6</sup>, devidamente amoldados ao procedimento parlamentar e (até agora) de acato às instituições gerais do Estado.

Enquanto uma vertente do nosso conservadorismo, cuja fonte de valor vem do transcendente, eles pleiteiam uma intervenção no cenário político e estatal, numa forma de ativismo para determinar aspectos da estrutura jurídico-normativa do Estado, principalmente no que diz respeito à moralidade pública (com ressonâncias para os campos da ciência e do conhecimento). A esse fenômeno, analistas deram o nome de “confessionalização” da política e do Estado (PIERUCCI, 1989).

### **O crescente expansionismo dos evangélicos pentecostais na esfera pública, sua representatividade eleitoral, sua base social religiosa e suas políticas públicas confessionais**

Numa acepção mais complexa e atualizada da compreensão de secularização, a partir das reflexões do sociólogo José Casanova, vê-se que este conceito pode ser tomado, de um lado, como um processo de separação e diferenciação entre a esfera religiosa e as esferas seculares, como na definição clássica weberiana; mas, por outro, como um processo de interferência e articulação entre os domínios religioso e secular (CASANOVA, 1994; 2006). A esta segunda concepção de relacionamento do religioso com o secular, o autor nomeou de religião pública. Ou seja, quando a religião irrompe atuando como um ator, dentre outros, na esfera pública, o que pode ser definido na fórmula mais geral: religião fora da igreja, segundo o comentário de Montero (2018, p. 27). Burity (2018, p. 61) também adota o conceito de religião pública, quando a religião passa por um processo de exposição pública, em que esta se deixa interferir por outro não religioso ou outro religioso. Neste formato relacional e produto desta interação ocorre uma reconfiguração de sua própria identidade religiosa.

Tomando esta ideia de secularização como diferenciação, mas também como interferência do religioso no secular, penso que, no Brasil atual, a relação entre religião e política/gestão do Estado obedece duas modalidades e dinâmicas. Uma primeira, quando as políticas públicas e sociais, as normas jurídicas são organizadas pelos poderes conferidos pela Constituição e regidas por critérios do Estado democrático do direito e da soberania popular. Neste caso, podem-se incorporar valores

<sup>5</sup> Para uma discussão sobre a não conveniência de aplicar o rótulo de fundamentalista religioso às estratégias conservadoras da direita religiosa evangélica contemporânea no Brasil, ver Burity (2018).

<sup>6</sup> Tomo aqui o conceito de conservadorismo das formulações de Karl Mannheim enquanto um estilo de pensamento que funciona como reação ao Iluminismo. Um pensamento que incorpora valores pretéritos e os aplica, como forma de resistência, a conjuntura de transformações. Valoriza as experiências concretas enraizadas, tidas como naturais, como: a família, a religião, o torrão natal (MANNHEIM, 1982).

religiosos dentro de suas narrativas simbólicas enquanto pressupostos éticos morais que podem ser convertidos a uma linguagem processual e universal do debate público.

Sobre isso já havia se pronunciado o filósofo Jurgens Habermas, de que os valores éticos, morais religiosos podem ser apropriados na cultura política e instituições democráticas, mas, desde que passem por um processo de tradução de seu discurso religioso para o idioma secular, instrumento das deliberações formais nos corpos parlamentares e da burocracia administrativa estatal (HABERMAS; TAYLOR, 2011).

Outra dinâmica é aquela marcada pela crescente interferência da religião no espaço público, a partir da organização dos grupos religiosos em estruturas políticas efetivas com fins de aprovar medidas materiais e morais do interesse destas igrejas e de seus membros. Aqui se trata de imprimir uma marca religiosa de forma direta na esfera pública.

Assiste-se então, na atualidade do Brasil, uma clivagem entre uma forte determinação religiosa, com pretensões de moldar a esfera pública em tensão, com outro tipo de presença religiosa que respeita a mediação das instâncias da modernidade e do direito constitucional enquanto linguagens universais e a sua narrativa como particular. Esta clivagem tem se traduzido nos posicionamentos e distribuição dos segmentos religiosos pelas forças e correntes políticas existentes.

De um lado, constatamos um pujante engajamento político de expressivas correntes religiosas brasileiras, maciçamente evangélico-pentecostais, engrossado por segmentos da hierarquia, do clero e dos movimentos carismáticos da Igreja Católica, somados ainda a kardecistas-espíritas (MIRANDA, 2013). Esta frente cristã conservadora/tradicional, por seus dogmas/princípios religiosos, contribuiu decisivamente para um projeto totalizante, organizado sob uma concepção hierárquico-autoritária da família, das etnias, das classes, da produção econômica. Estas forças deram explícito suporte e vocalizaram seus interesses através da candidatura do ex-capitão do Exército e ex-deputado Jair Bolsonaro (PSL).

De outro lado, um engajamento mais difuso e discreto, quanto à explicitação de sua condição religiosa, proveniente de setores católicos e protestantes de organizações sociais e pastorais e das articulações dos movimentos inter-religiosos com incorporação das religiões afro-brasileiras e outras espiritualidades minoritárias. Aqui, a adesão a projetos aonde a religião aceita e tem uma abertura para a transformação dos costumes, da ética e dos estilos da sociedade, da relação com o meio ambiente e com o trabalho. Estes projetos, que estiveram em torno das candidaturas dos presidencialistas Fernando Haddad (PT), Ciro Gomes (PDT), Guilherme Boulos (PSOL) e Marina Silva (Rede), e que convergiram, ainda que com marcadas divergências, para a candidatura do PT no segundo turno das eleições de 2018.

Segundo pesquisa do Instituto Datafolha para o segundo turno das eleições presidenciais, Bolsonaro foi vitorioso nos seguintes segmentos: alcançou 69% dos votos evangélicos, 51% dos votos católicos e 61% dos votos dos judeus. Já Haddad venceu entre os adeptos do Candomblé/Umbanda com 70%, entre os sem religião 55% e entre os ateus com 64%. Com maior votação no segmento majoritário cristão da população, Bolsonaro somou 56% contra 44% de Haddad em termos de votos religiosos. No entanto, entre os católicos a distância próBolsonaro foi pequena 51% contra 49% próHaddad, numa diferença de 1 milhão, 644 mil e 46 votos. A grande desproporção dos votos para



Bolsonaro se deu entre os evangélicos, onde este contou com 69% contra apenas 31% de Haddad, numa diferença a favor de Bolsonaro de 11 milhões, 552 mil e 780 votos. Curiosamente, esta foi a diferença proporcional dos números totais dos votos de Bolsonaro em relação a Haddad, o que fez analistas afirmarem que foram os votos evangélicos que o tornaram presidente do Brasil.

No caso do apoio a Bolsonaro pela Frente Parlamentar Evangélica, representativa de centenas de igrejas, destaca-se uma agenda de moral e costumes em torno de concepções conservadoras da família e da sociedade, prevalecendo à ideia da supremacia cristã.

### **A bancada evangélica, seu crescimento e sua atuação nas eleições de 2018**

Ao longo das últimas legislaturas (2006, 2010) a chamada Frente Parlamentar Evangélica (TREVISAN, 2013; TADVALD, 2015) com uma atuação eficiente, em termos de organização de bancada, adquiriu uma expertise dentro da dinâmica parlamentar republicana, para aprovar projetos dentro dos seus interesses (TREVISAN, 2013).

Dentre os projetos de lei que conseguiram aprovar, pode-se destacar: a sanção na Comissão Especial da Câmara dos deputados do Projeto de Emenda Constitucional PEC 181; um projeto para considerar ilegal todo tipo de aborto. Atualmente, a legislação permite o aborto em caso de risco de vida e de estupro. Em 2017, no governo Temer, a mesma bancada exigiu, com sucesso, a supressão, no texto da Base Nacional Curricular do MEC, da noção “identidade de gênero e orientação sexual” (ESTADÃO, 2018). Segue em tramitação na Câmara, a PEC 181, para elaboração de um Estatuto da Família em que está assegurado “seu caráter monogâmico de homem-mulher” conforme o deputado-pastor Lincoln Portela (PRB-MG), no modelo da família cristã: “família no modelo Jesus, Maria e José”.

Atuaram nas legislações anteriores com êxito obstaculizando projetos que queriam colocar em pauta a discussão sobre a legalização do aborto, a descriminalização do uso de drogas, o casamento homoafetivo e a criminalização da homofobia. E agora se mobilizam para propor na atual legislatura: projetos de legislação antidrogas, de um Estatuto da Família que restrinja a ideia de família a homem/mulher e filhos; projeto da Escola sem partido, legislação coibindo nas escolas conteúdos pedagógicos, segundo eles, como de ideologia de gênero, erotização da infância e doutrinação de esquerda.

Nas últimas eleições de 2018 para o Congresso Nacional, a Bancada evangélica elegeu candidatos em 25 dos 26 estados da federação e no Distrito Federal. Disseminada em 23 partidos, a bancada de 84 parlamentares na legislatura passada cresceu para 91 e 107 senadores. A expectativa do bloco é aumentar sua influência no parlamento com o alinhamento ao governo Bolsonaro. Ao invés de atuar apenas no sentido de barrar os projetos de ampliação dos Direitos Humanos que incorporavam direitos sexuais e reprodutivos, encaminhados por deputados laicos e de esquerda, na atual legislatura, com uma correlação de forças muito mais favorável intentam ser propositivos em termos de leis: “Ao invés de segurar a pauta da esquerda [...] [ela] que trate de obstruir para segurar nossos projetos. O jogo se inverteu”, afirmou o deputado reeleito Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), ligado ao midiático conservador pastor Silas Malafaia (MARINI; CARVALHO, 2018).

Na análise de Almeida (2019, p. 9), os evangélicos pentecostais possuem um conservadorismo ativo e não apenas reativo, planejam influir no campo da moralidade pública no sentido que definiu

José Casanova; ou seja, para Almeida, não planejam apenas salvaguardar a moralidade dos evangélicos do cerco do meio profano, mas lutar para que seus valores morais se inscrevam “na ordem legal do país”.

### **A via de duas mãos entre uma liderança evangélica disseminadora de intolerância e uma população evangélica que absorve esta intolerância**

Respaldados em uma base eleitoral avultada, segundo pesquisas recentes, 66% dos evangélicos apoiam campanhas pelo armamento da população, defendem a segregação de negros e indígenas através da anulação das demarcações dos seus territórios, são a favor de um controle do Estado sobre a sexualidade, apoiam a transferência das crianças das escolas públicas para creches confessionais com o ensino religioso (CUNHA, 2018).

Estas ideias foram expressas na campanha presidencial de Bolsonaro, provocando uma identificação deste segmento evangélico-pentecostal com o candidato. As imagens do pastor Marcos Feliciano e de jovens de uma igreja pentecostal com os dedos em forma de arma, gesto político de Bolsonaro, são um testemunho eloquente desta opção. No Brasil atual, a adesão destes cristãos brasileiros ao projeto de uma supremacia branca e masculina, a proposta de erradicação da conduta social de grupos que exibem publicamente sua orientação sexual; a virulência contra a reivindicação de feministas de controle dos seus corpos e, por fim, a acusação de comunista a projetos políticos que se opõem ao seu, tudo isto leva a uma reconfiguração do cristianismo de sua feição enquanto uma doutrina de paz, amor e reconciliação (o “dar a outra face”) em um projeto político de supressão e aniquilamento das diferenças<sup>7</sup>.

Fica aqui a questão: porque esta mentalidade belicosa, exclusivista e intolerante impregnou-se de tal maneira em camadas da população brasileira, através da adesão às mensagens de instituições evangélicas e de seus líderes? E porque isto conviveria com a produção de sociabilidade positiva para esta mesma população, também fruto de idêntica mensagem religiosa?

A etnografia tem contribuído ao revelar no cotidiano das práticas dos evangélico-pentecostais, provenientes da população pobre e periférica, o significado fornecido por este discurso para o preenchimento de suas carências subjetivas e sociais.

O olhar “para o andar de baixo”, que a etnografia realiza, mostraria a eficácia simbólica da crença pentecostal na produção de sentido para situações agônicas da pobreza, da doença e demais mazelas que afligem extensas camadas do povo brasileiro. As pesquisas de Mariz (1994a; 1994b) demonstraram como situações de alcoolismo podem ser conjuradas no meio popular através da experiência religiosa pentecostal. Esta fornece um sentido de coerência para o sofrimento, conferindo dignidade e autoconfiança para a superação deste mal socio-psicológico em contexto de pobreza. Também as pesquisas de Machado (1996; 2001) para o universo feminino pentecostal salientaram o papel dos valores religiosos para o protagonismo da mulher na organização familiar, na sua valorização

---

<sup>7</sup> Desde 1998, ainda que restrito ao campo religioso, as Ciências Sociais que estudam o fenômeno já tinham conhecimento de uma marcante intolerância do meio evangélico em relação às demais religiões. A pesquisa do Instituto de Estudos da Religião (ISER), “Novo Nascimento”, coordenada por Rubem César Fernandes (1998), já apontava que 89% do universo evangélico considerava que havia religiões demoníacas, e que 95% consideravam as religiões afro brasileiras como tal, 88% o Espiritismo kardecista e 30% o catolicismo.

e na contenção da violência de que tem sido vítima no meio popular. A etnografia de Waldney Costa (2019, p. 270) destaca o envolvimento do/a evangélico/a com as “canções de adoração e louvor” e como entoá-las na vida cotidiana e nos momentos de extremo sofrimento, estas fornecem alento e perseverança para “que não se pare de acreditar, mesmo diante do alto custo emocional das batalhas”. A música “Vou seguir”, do assembleiano Josias Barbosa, cantada por Cassiane que atingiu, em 1998, a venda de 600 mil cópias “ecoou nas periferias através das rádios [...] piratas, dos aparelhos de som que alguns crentes se esforçavam por comprar e das ‘irmãs de louvor’ que cantavam em meio às suas atividades domésticas” (2019, p. 270). Um trecho da letra dizia assim: “Se você já pensou em desistir, tenha fé e não pare de sorrir [...] teu sofrer uma noite até pode durar, mas o crente sabe que a vitória vem pela manhã” (2019, p. 270).

Na etnografia de Clara Mafra sobre Paula, mulher pentecostal, mãe, empregada doméstica e moradora da periferia de Magé, a experiência com o Espírito Santo permitiu seu afastamento de uma relação de subalternidade no que diz respeito aos seus patrões para alcançar sua autonomia vivenciada em uma cultura (religiosa) particular compartilhada dentro de uma congregação. O fato de haver uma distância territorial entre estes pentecostais periféricos em relação as elites metropolitanas levam a que a mediação do Espírito Santo aja neles, no sentido de seu empoderamento e proteção, fazendo que a real distância social entre ricos e pobres não implique numa relação hierárquica de fidelidade dos subordinados a seus superiores (MAFRA, 2009). Em outra etnografia, Mafra realiza estudos de caso do pastor Ademar, do diácono José Gualiato e do missionário Lindomar. Nestes, examina a mentalidade pentecostal da clivagem perene entre bem (Deus, Jesus) x mal (Diabo) e a ação redentora do Espírito Santo diante do poder maléfico. Embora leve em consideração a separação rígida entre bem x mal e a inspiração do Espírito Santo, a pesquisa de Mafra revela que a postura ética que esta adesão enseja é temperada por imaginação e criatividade. Para a autora, a decifração das mensagens do Espírito Santo é apropriada por estes pentecostais, como “um músico de jazz [...] em uma improvisação criativa” (2012, p. 96). Entre o ideal de santificação e o vivido no mundo, vale a experimentação, a (re)avaliação processual das experiências com o sagrado, a partir e por dentro da situação concreta de cada caso (MAFRA, 2012).

Devido à realidade etnográfica destas situações do cotidiano, por algum tempo eu me identifiquei com a ideia da existência de um complexo social evangélico em dois patamares paralelos, comunicantes, mas guardando certa independência de um em relação ao outro. No topo se situava a estrutura institucional das igrejas evangélicas, seus bispos, pastores *staff*, de feição extremamente reguladora no campo da moral/costumes. Na base, uma população evangélica, onde prevaleceria aplicações criativas do imaginário (bíblico, neo-testamentário e pneumatológico) dentro do seu cotidiano, promovendo curas, prosperidade e reconfigurações na identidade. Embora com intensa porosidade entre os dois planos – o primeiro nutrindo o segundo com uma narrativa e com procedimentos – haveria uma relativa autonomia da base no que diz respeito à disseminação de práticas e costumes nos meandros da vida social/simbólica.

Porém, diante das evidências de atitudes intolerantes, como as apontadas no início deste tópico, disseminadas no seio da população evangélica, sou forçado a admitir uma correspondência

muito mais estreita entre o discurso discriminatório veiculado no púlpito das igrejas e a conduta cotidiana do povo evangélico.

A situação atual parece confirmar que a ocupação dos espaços institucionais da política e do poder pelas lideranças das igrejas evangélicas vem acompanhada da obtenção de uma adesão fidelizada por parte da sua população de crentes. Estes incorporam a moralização como princípio para suas vidas, dividindo nesta ética rígida a realidade entre bem em oposição ao mal. Até Pierre Sanchis (1994, p. 50), autor que primou nas suas análises pelo enfoque das porosidades e mútuas influências entre as culturas religiosas no Brasil, viu no *boom* pentecostal dos anos 1990, um repto exclusivista a fustigar a cultura sincrética religiosa brasileira, onde o meio evangélico pratica um monoteísmo que se auto intitula do bem se demarcando do que julgam ser um politeísmo das outras religiões, que é classificado por estes, como do mal.

Mesmo nas etnografias de Mafra, de cunho interpretativo das experiências cotidianas dos pentecostais (2009, 2012) aparecem situações que, na minha leitura, indicam a condução que uma liderança (institucional) exerceria, no sentido de um direcionamento do comportamento da população evangélica. A autora aponta que no processo de intimidade com o Espírito Santo, alguns crentes apresentam qualidades e habilidades mais reconhecidas (2009, p. 83), constituindo-se como lideranças eclesiais, digo eu. Estes ungidos estariam mais capacitados a lidar com o mundo secular, pois seria arriscado para o pentecostal mediano sair do acolhimento da congregação para “ir e vir em áreas mais poluídas e perigosas” (2009, p. 85). Então, para a autora, existira uma “delegação” a estes “ungidos” por parte dos evangélicos pentecostais da comunidade, para os primeiros estabelecerem os vínculos necessários com o meio profano (2009, p. 87). E ela fala que os “canais formais” de interseção com o meio secular utilizados por estes são a “mídia e a política” (2009, p. 85).

Mas, de fato, essa especulação sobre formação de uma elite pentecostal autorizada pela comunidade a dirigi-la é muito mais minha, e não o que Mafra queria sugerir. Penso que, para ela, no momento de sua pesquisa etnográfica, existira muito mais sinergia e reconhecimento entre as duas partes, porque ambas estariam dentro da experiência extática com o Espírito Santo. Na etnografia de 2012, ela – insistindo no caráter processual e interativo das experiências nas trajetórias de cada pentecostal, dentro das suas condições de existência – discorda que acima do povo pentecostal, que viveria em um “mundo encantado”, “haveria uma elite missionária engajada em um projeto proselitista e de concorrência religiosa que divulgaria a mensagem encantada com olhos desencantados” (2012, p. 98). E a interpretação que ela dá para a interação entre representantes e representados no meio pentecostal é “que não há um jogo de ocultação entre clero e leigos em torno do engajamento em um mundo encantado”, mas sim, “o reconhecimento das habilidades desenvolvidas” por estas pessoas abalizadas em lidar com o Espírito Santo (2012, p. 99) e por isto o credenciamento destes para o enfrentamento com o mundo laico.

Porém, o que estamos vivenciando na atualidade, na minha observação, é que ao lado desta autonomia criativa disseminada na malha evangélica pentecostal, de onde retiram um significado espiritual a reger suas práticas cotidianas, se impõe um alinhamento às diretrizes morais e sectárias emanadas das igrejas, pastores e hierarcas religiosos.

Desta maneira, permanece a questão do porquê, emparelhado e articulado ao estoque simbólico das crenças, imagens que dão sentido à vida desta população, existe também um espaço significativo na sua maneira de vida para essa mentalidade de confronto e discriminação com outros modos de ser que circundam e interagem com os que eles vivenciam.

Parece-me que aqui a influência da Teologia da Guerra Espiritual, proveniente dos pregadores missionários norte-americanos, no meio evangélico pentecostal é um dos ingredientes para a formação desta mentalidade.

Em balanço crítico sobre a literatura acadêmica brasileira que contemplou a temática da teologia da guerra espiritual, Cecília Mariz, em 1999, já evidenciava que esta teologia conhecida como *Dominion Theology* foi criada nos EUA pelo pastor Peter Wagner e chegou ao Brasil através das missões desta rede Guerra Espiritual Internacional, coordenada pelo referido pastor. Ao comentar esta literatura, Mariz levanta questões que possuem afinidades com meu argumento. A primeira, de que ao contrário do que ocorreu no passado medieval/renascentista, a luta pentecostal contra o demônio no mundo contemporâneo não é um instrumento dos poderosos para oprimir os fracos, mas um fenômeno que tem adesão no meio dos pobres. Também, que a comunidade pentecostal se constitui como um lugar salvo da influência da sociedade secular, esta segunda, vista pelos primeiros como expressão do território do demônio. Mas, discordando de autores que concluem que as igrejas pentecostais oferecem apenas uma proteção mágica contra um cerco da modernidade laica, Mariz argumenta, que esta magia pentecostal não vale apenas pela sua capacidade em produzir curas, milagres, isto, devido ao sentido ético que lhe fundamenta, pois é proveniente de Deus e do bem. Ou seja, é uma magia ética, pois tem sua origem em um ser sobrenatural antagonicamente superior (Deus, Jesus) aos outros, imputados como as fontes do mal (diabo/s). Ética, para a autora, tem o mesmo sentido de modernidade para Sanchis (1994), ou seja, de propiciar para este grupo religioso, uma identidade exclusiva, no sentido de “eu sou isto e não sou aquilo” e mais “o meu protetor é Deus e o seu é o Diabo”. Em suma, que a fidelidade a este Deus implica em repúdio e demonização a todas outras crenças.

Na conclusão de seu balanço, Mariz, ao comparar nossos evangélicos pentecostais com os *evangelicals* norte americanos, pioneiros da guerra espiritual, diz que a ênfase dos segundos era contra “os costumes sexuais modernos e as teorias científicas” ao passo que, no nosso caso, a guerra seria contra as religiões ancestrais e tradicionais, afro-brasileiras (1999, p. 48). Dos anos 1990 até os tempos presentes, pode-se constatar que nossos evangélicos, na sua expansão para o espaço público, estenderam sua guerra também a essas tendências e estilos liberados de vida moderna, assim como os experimentos científicos e laicos.

Mas, ainda, fica faltando uma interpretação sobre a conectividade entre sentido para a vida, empoderamento com intolerância e discriminação, ambas vicejando no meio evangélico popular. O que daria conexão entre estes dois comportamentos díspares, um louvável e outro condenável? Para concluir esse item, proponho uma tentativa de apreciação dessa questão.

Difundida desde o púlpito pelo pregador na igreja, a emulação da conquista e superação foi sendo incorporada enquanto um *ethos* do ser evangélico-pentecostal no Brasil. Ao contrário da resignação e apatia diante da pobreza, das doenças, etc., o modo de ser evangélico foi se constituindo como proativo no que tange a ideia de uma postura no mundo. Se isto infundiu autoconfiança, orgulho

de si e capacidade de fazer frente às situações mais adversas, erguendo um anteparo contra discriminações e preconceitos; também levou a um auto-centramento no que diz respeito às suas verdades religiosas e ética pessoal e social.

É bom que se diga que a força deste *ethos* veio amparada pelas narrativas, do Antigo Testamento, das batalhas travadas pelos heróis e homens santos do povo de Israel que obtiveram pela fé no Deus e de suas conquistas frente aos inimigos mais impiedosos. Desta forma, estas noções bélicas são constitutivas do léxico e da imagética evangélico-pentecostal. Magali Cunha (2019a) afirma que nestes espaços “prevalecem às referências da Teologia Monárquica do Antigo Testamento bíblico, como trono, véu que separa o altar, simbologia do Leão”.

Edlaine Gomes já havia trabalhado no que chamou de retórica de superação na IURD, onde a tríade revolta-sacrifício-conquista funcionava como etapas a serem ultrapassadas para se alcançar um ideal de espiritualidade, bem-estar no mundo, integração com Deus e com a igreja (GOMES, 2004). Tudo isso entremeado pela conduta aguerrida de quem “não aceita essa situação” e busca travar as “batalhas” para obter as “conquistas” (GOMES, 1994, p. 238-239). Aqui, de novo, a ideia de repto sugerida por Sanchis e concretizada na perspectiva do sacrifício: enquanto empenho e mobilização e a do desafio: como pretensão, quase imposição à intervenção divina para a mudança desejada.

Para concluir esse tópico, como que relativizando o ponto forte de meu argumento, ou seja, do marcante grau de intolerância na população pentecostal associado as suas estratégias identitárias e de produção de sentido, elenco aqui também algumas outras variáveis alternativas.

Almeida (2017) traz para o debate, a posição de Judith Butler de que num quadro de acirramento de posições de valores, como moral religiosa versus diversidade de gênero, a diversidade interna contida no espectro social termina reduzida a polos antagônicos. Ao visualizar a questão da intransigência evangélica no plano do cotidiano, ele mesmo argumenta que no âmbito “das relações interpessoais”, “os fiéis são mais tolerantes e menos rigorosos [...] do que os que dizem representá-los no sistema político” (2017, p. 12). Para ele, “aborto e homossexualidade entre pessoas próximas são mais transigidos na vida cotidiana do que defendidos no espaço público” (2017, p. 12). Dullo (2019), à sua maneira, corrobora com essa ideia, ao colocar a questão em termos de escalas onde as resultantes seriam distintas dependendo da faixa em que a interação estaria ocorrendo. Numa escala de maior visibilidade, prevalece antagonismos, acusações e intolerâncias, ao passo que em outras, isto pode diluir-se numa complexidade de fatores.

Pelo exposto, então, eu considero este um dos maiores desafios para as Ciências Sociais da religião brasileiras na atualidade, se quisermos entender em todos os seus meandros o diferencial da população evangélica enquanto grupo de opinião e de decisão no processo social e político no país. Como sugestão de percurso provisório de pesquisa, penso que, para se compreender nosso meio evangélico pentecostal na atualidade, precisar-se-ia do instrumental da hermenêutica e da crítica conjugadas.

## **O argumento da relação da maioria com a minoria (religiosa) na gestão do Estado Democrático**

Com o desfecho das eleições presidenciais de 2018 que marcou o triunfo eleitoral da coligação de extrema direita que apoiou Bolsonaro, percebeu-se claros indicadores no governo de uma intenção de praticar uma política confessional de poder.

Isto pôde ser evidenciado nas declarações de Jair Bolsonaro, quando ainda preparava-se para obter uma legenda com fins de candidatar-se à presidência: “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não! O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar às maiorias” (ARAGÃO, 2017).

Esta concepção de gestão do Estado evocada por Bolsonaro se contrapõe ao pacto republicano estabelecido no Brasil em 1891. Nesta época, foram lançadas no país as bases constitucionais e legislativas que asseguravam a emancipação do Estado dos poderes eclesiásticos; a neutralidade do Estado em matéria religiosa – contra o antigo fundamento das teocracias e regimes de direito divino – assim como a concessão, pelo Estado, de tratamento igualitário a todas as religiões, fossem elas majoritárias, fossem elas minoritárias, a garantia da tolerância e liberdade religiosa e de consciência (MARIANO, 2011).

Além disso, como frisou Pierucci (1989), no momento da Constituinte pós-ditadura de 1988, diante de um discurso expansionista evangélico e, mais recentemente lembrou Almeida (2019), historicamente os evangélicos no Brasil se inscreveram no espaço público com a consigna da liberdade religiosa, invocando garantias protetivas a eles próprios, enquanto uma minoria religiosa<sup>8</sup>. Mas não apenas na sua história longínqua, pois justificando sua entrada na política em 1985, os evangélicos firmaram um documento “Os evangélicos e a Constituinte”, onde exigiam “a separação entre a Igreja e o Estado, o respeito às liberdades e aos direitos humanos”, afirmando, pasmem!: “Somos pela existência de um Estado Leigo. Preconizamos um tratamento equânime, da parte do Estado, para todos os credos e confissões religiosas” (MARIANO, 2011, p. 250). Aqui, uma nítida contradição de discurso, de quando se julgavam uma minoria e quando agora julgam estar no campo da maioria.

De fato, este discurso hegemônico de maioria por sobre as minorias de Bolsonaro é uma réplica de outros acionados por evangélicos em embates recentes com gays, feministas, LGBTs, como aqueles sobre a criminalização da homofobia e sobre a liberalização do aborto (ALMEIDA, 2019).

A ideia de justificar exigências normativas para o país sob o critério de maioria moral também já tinha sido convocada por Pierucci (1989) para o diagnóstico da ação evangélica na Constituinte de 1988, numa analogia com a iniciativa dos conservadores religiosos nos EUA nas eleições que confirmaram o conservador Ronald Reagan na presidência. Tanto lá como cá, a conclamação a esta maioria foi feita identificando-a com o campo cristão como um todo (contudo, para o caso dos EUA, a referência valia para evangélicos, católicos e judeus).

Então, constata-se que os evangélicos nem sempre puderam se reivindicar como expressão de uma maioria e de fato, até hoje, não são vistos como tal pela sociedade plural<sup>9</sup>, embora sejam

---

<sup>8</sup> O historiador Martin Dreher (1984) relata que no século XIX o protestantismo sofreu repressão da Igreja Católica, sendo apoiado por liberais e maçons no seu direito de expressão e culto.

<sup>9</sup> Paula Montero, em artigo no ano de 2006, logo há 14 anos, avalia que “a glossolalia pentecostal constitui enunciados que ainda estão fora da linguagem política reconhecida”, e que sua “potencialidade propriamente política, isto é sua capacidade de constituir atores organizados que demandem do Estado uma regulação específica, ainda não me parece claramente definida” (2006, p. 64). Emerson Giumbelli, em texto da mesma época, chama os evangélicos de “minorias” com “projeto de maioria” (2006, p. 241).

considerados como um grupo social em franca ascensão, muito proativo e com grande visibilidade social. Portanto, a utilização desta imagem majoritária evocada por eles e por Bolsonaro serve muito mais para expressar sua concepção de gestão do Estado. Concepção esta marcada por uma ideia de subjugação do que consideram minorias e não pela garantia da livre expressão da pluralidade.

### **A influência religiosa dos evangélicos pentecostais dentro do Governo Bolsonaro**

A oração proferida pelo então senador evangélico Magno Malta, um dos coordenadores da campanha à presidente de Bolsonaro, na casa do candidato, logo após ter sido anunciada sua vitória<sup>10</sup> no pleito para presidente de 2018 (VALFRÉ, 2018), foi emblemática da proeminência que a participação religiosa evangélica adquiriu neste processo<sup>11</sup>. Esta performance no momento inaugural do novo governo já apontava para o destaque deste segmento religioso nas políticas públicas que seriam aplicadas pelo executivo.

Chamou à atenção dos analistas políticos, a adesão eleitoral quase que unânime à campanha de Bolsonaro<sup>12</sup> da quase totalidade das principais igrejas evangélico-pentecostais do país através de suas principais lideranças: o pastor Silas Malafaia, da Assembléia de Deus Vitória em Cristo, o bispo Edir Macedo, da IURD, o Pastor José Wellington Bezerra da Costa, ex-presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), ligada à AD Missão, o “apóstolo” Valdomiro Santiago, da Igreja Mundial do Poder de Deus, o missionário Romildo Soares, da Igreja Internacional da Graça de Deus, Robson Rodovalho, da Sara Nossa Terra e Ana Paula Valadão, a cantora gospel e dirigente da Igreja Batista da Lagoinha, etc.

A recompensa por todo esse apoio se traduziu na expressiva presença dos evangélicos à frente de postos expressivos do governo Bolsonaro. Segundo a doutora em Ciência da Comunicação, Magali Cunha, “são cinco evangélicos no primeiro escalão do governo federal”. E ela passa a descrever os nomes e cargos:

A pastora pentecostal Damares Alves ganhou a direção do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O Ministério da Casa Civil foi ocupado pelo luterano Onyx Lorenzoni e o Ministério do Turismo é conduzido pelo membro da Igreja Maranata Marcelo Álvaro Antônio. O Ministro da Advocacia Geral da União é o pastor presbiteriano André Luiz Mendonça e o ministro-chefe da Secretaria de governo, general Luiz Eduardo Ramos é um batista (CUNHA, 2019b).

A frente do ministério com mais visibilidade destes todos, pois trata da família, da condição feminina e dos direitos humanos, a nova ministra, Damares Alves, da igreja Batista da Lagoinha, buscou

<sup>10</sup> O candidato do PSL, e ex-capitão do Exército Jair Bolsonaro, venceu as eleições com 57.797,847 votos, 55,13% dos votos válidos contra 47.040.906, 44,87% dos votos dados ao professor universitário Fernando Haddad do PT (FOLHA, 2018).

<sup>11</sup> Outras fortes sinalizações na vida pessoal de Bolsonaro, como batismo no rio Jordão pelo pastor Everaldo, casamento com uma evangélica dentro do rito, já prenunciavam este enlace com o meio evangélico (ALMEIDA, 2019).

<sup>12</sup> Em eleições anteriores, os evangélicos cindiram-se entre candidatos presidenciais, como naquela de 2010 quando importantes expressões do meio evangélico apoiaram a candidatura Dilma Roussef do PT, como Manoel Ferreira, presidente da Convenção Nacional das Assembleias de Deus Madureira (CONAMAD), e deputado federal (PP/RJ), o bispo e Senador Marcelo Crivella da IURD (PRB/RJ), o senador Magno Malta (PR/ES), o deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e Robson Rodovalho, da Igreja Sara Nossa Terra (PP/DF). Apoiaram a candidatura José Serra do PSDB, o pastor Silas Malafaia da Assembléia de Deus Vitória em Cristo e o pastor Paschoal Piragine da Igreja Batista em Curitiba (MARIANO; ORO, 2010).



por em prática uma visão orientada por uma ética religiosa tradicional como forma de suprimir a visão universalista e laica do que sejam direitos humanos. Anunciou a ministra, de que estávamos entrando em uma era em que “menino veste azul e menina veste rosa” (PAINS, 2019). Um recurso retórico para demonstrar que doravante a repartição rígida de critérios por sexo sem outras variações de gênero, sexualidade, orientação sexual será a concepção que regerá sua política de direitos humanos.

Em audiência pública na Comissão de Defesa dos direitos das mulheres no Congresso Nacional, a ministra afirmou: “a mulher deve ser submissa ao homem no casamento”, concepções que explicitam uma teologia do Deuteronômio/Levítico (BARBIÉRI, 2019). A ministra Damares propôs um projeto que assegura ajuda financeira à mulher vítima de estupro que decidir manter a gravidez. Esta leniência diante da violência da violação em um órgão governamental dos direitos humanos, justificada pela recusa ideológico/dogmática frente a necessidade do aborto fez com que setores feministas e dos movimentos da sociedade civil alcunharem ironicamente, a medida de bolsa estupro (BRESCIANI, 2018). Em visita a região amazônica da Ilha do Marajó no Pará, a Ministra dos Direitos Humanos defendeu, diante dos casos de estupro e assédio sexual às adolescentes, a criação de uma fábrica de calcinhas para evitar à violência (DIP, 2019). Em última posição sobre o aumento da gravidez na adolescência, ao invés do incentivo a programas de educação e orientação sexual nas escolas, ela propôs a abstinência sexual para os jovens, fundada na visão evangélica do “eu escolhi esperar” o casamento (AQUINO, 2020).

Outro indicador desta associação entre o presidente e os evangélicos foi a escolha do pastor Marcos Feliciano, do Podemos, por Bolsonaro para ser vice-líder do seu governo (FILHO, 2019a). Neste posto, o pastor gospel passa a exercer uma interlocução privilegiada dentro do governo, traçando uma agenda de presença intensa do presidente em cultos e eventos evangélicos e pautando declarações e ações presidenciais no sentido de prestigiar esse segmento.

Em outro texto meu, que deve ser publicado nesse ano no livro “Religião e política: o contexto luso-brasileiro”<sup>13</sup>, eu argumento que a ofensiva de profissionalização do Estado por parte dos evangélicos, secundados por católicos tradicionais, se concentra nas áreas: das relações exteriores, dos direitos humanos, da cultura e do conhecimento. É nessa dimensão que estes desejam aumentar sua influência dentro da sociedade brasileira secular, profana, sincrética e pluralista, travando o que chamam de uma guerra cultural contra o também chamado por eles, de marxismo cultural. É quando uma política de Estado se autoproclama com o qualificativo de cristã no seu perfil e orientação.

No entanto, neste mesmo capítulo do livro citado, assim como em recente texto (CAMURÇA, 2019) eu relativizo a força evangélica no controle das políticas públicas do governo Bolsonaro. Isto devido à presença de outros atores proeminentes dentro dele, principalmente aqueles que dirigem o campo econômico. Neste sentido, a pauta econômica possui prioridade à pauta moral capitaneada pelos evangélicos. Nestes textos, eu considero as iniciativas econômicas capitaneadas pelos setores neoliberais do governo e de geopolítica comandadas pelos militares, terminam se impondo à agenda moral dos evangélicos enquanto postura geral das ações estratégicas e decisivas do governo.

---

<sup>13</sup> Livro intitulado “Política e religião: contexto luso-brasileiro”, organizado por Nelson Lellis e Donizete Rodrigues, a ser publicado em 2020 pela editora Recriar/São Paulo.

Diante da crescente e contínua queda de popularidade do governo Bolsonaro nas pesquisas neste seu primeiro ano de governo, os evangélicos despontam como seu público mais fiel. Segundo o Datafolha, é neste segmento social que o governo encontra sua maior adesão, com 41% dos que consideram o governo bom ou ótimo, sendo que este percentual aumenta para 63% quando se registra a opinião dos neopentecostais (CACERES, 2019).

E pode-se notar que, ainda no final de 2019, na relação direta dos enfrentamentos governamentais – com ambientalistas, com ativistas dos direitos humanos, com múltiplas minorias expressas nos coletivos de negros, indígenas, feministas, sem terra, etc., e no plano externo com organismos multilaterais internacionais – aumentam seus acenos de aliança aos evangélicos. No mês de dezembro, realizou-se, com a presença de Bolsonaro, um culto de ação de graças no Salão Nobre do Palácio do Planalto com representantes evangélicos, em seguida, também, com a presença destes, o lançamento da pedra fundamental do Museu da Bíblia, organizado pela Frente Parlamentar Evangélica e, por fim, a participação presidencial na Conferência Nacional da entidade, quando fez a palestra “os desafios para a construção do novo Brasil de perspectiva cristã”. Na ocasião estava acompanhado dos ministros Sérgio Moro, Ernesto Araújo, Abraham Weintraub e Damarens Silva (JARDIM, 2019).

No ato que teve lugar no saguão da sede do governo do Brasil, o ministro católico, Ernesto Araújo, buscou salientar o aspecto geral religioso e cristão do evento, desconsiderando o decoro do lugar de acordo com a perspectiva laica da separação da igreja e do Estado. Dentro de sua concepção de espaço público, o ambiente para ser “cultural, intelectual não é necessário desprezar a fé cristã”, arrematando com a frase “a possibilidade de glorificar a Deus no palácio presidencial foi um momento de libertação”. A fala de Bolsonaro, contudo teve endereço certo – acima de qualquer “ecumenismo religioso” de direita cristã – visava primordialmente os evangélicos! (JARDIM, 2019).

Ao se dirigir do púlpito a uma audiência composta por políticos da Frente Parlamentar Evangélica e lideranças eclesiais, disse em alto e bom som: “é motivo de honra, de orgulho e de satisfação vê-los juntamente comigo publicamente **aceitando Jesus** nesta casa que esteve carente de sua palavra” (grifo meu).

Ao acionar o sinal diacrítico da conversão evangélica, aceitar Jesus, o presidente estava deixando claro diante da plateia de lideranças deste credo, que enchia o recinto, sua adesão pública a esta corrente religiosa. O sinal foi bem compreendido, pois após proferir a sua profissão de fé pública – na condição de presidente e em ato no palácio presidencial – ele foi ovacionado pela audiência que se levantou toda para aplaudi-lo freneticamente.

A dimensão deste ato pode ter passado despercebida dos analistas, mas para mim, esta predileção do governo por uma religião, em detrimento da sociedade plural, pode gerar consequências limitadoras para este. E até no caso da religião ainda majoritária dos brasileiros, o Catolicismo, este alinhamento mais direto aos evangélicos pode elevar um grau de embaraços e contradições. Ainda, com respeito a isto, outros acontecimentos são ilustrativos desta opção preferencial pelos evangélicos pelo governo Bolsonaro, em detrimento da Igreja Católica.

Bolsonaro compareceu no evento de “Consagração do Brasil ao Imaculado Coração de Maria”, no Centro D. Bosco em Brasília, convidado pela Frente Parlamentar Católica, sob a liderança do

deputado federal católico mineiro Eros Biondini. Esta cerimônia contou com a presença de freiras, padres, de leigos da Renovação Carismática Católica e do tradicionalista bispo de Campos, Dom Rifan. No entanto, em mensagem no seu *Facebook*, Dom Rifan lamentou que o presidente não fizesse a consagração, ficando para o porta-voz do governo, ministro Floriano Peixoto, a tarefa de proferir a consagração. O fato também foi noticiado no site evangélico, “Gospel mais”, que registrou exultante, a partir da declaração oficial da entidade católica que “o presidente não proclamou a fórmula da consagração, nem assinou o documento da consagração”. Diz, ainda, o site, que Dom Rifan fez a consagração, “para tentar minorar a frustração geral pelo ocorrido” (FILHO, 2019b).

A ida de Bolsonaro ao Templo de Salomão, da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), é o outro fato marcante deste pendor do presidente pelo ramo religioso neopentecostal. Na condição de mandatário do país, ele se ajoelhou diante do bispo Macedo para ser ungido com óleo sagrado<sup>14</sup>. As palavras do bispo indicam que a fonte de legitimidade para o mandato presidencial, evidenciada neste ato, é de direito divino. Afirmou ele, “uso de toda a autoridade que me foi concedida por Deus para abençoar este homem, para lhe dar sabedoria, para que este país seja transformado, que faça um novo Brasil” (ROCHA, 2019). Interessante aqui, também, foi o seu comentário de que “no passado, ele convidou para ir à igreja um outro candidato presidencial, que acabou virando presidente”, mas que este não teria ido. Sem especificar quem teria sido esse presidente, o bispo diferencia Bolsonaro como aquele que se submete à autoridade divina representada por ele, de outro que preferiu a neutralidade que o seu cargo requeria dentro dos limites de um Estado laico.

## Conclusão

Ao contrário da máxima de Jesus “A César o que é de César, a Deus o que é de Deus”, o risco de se compor religião com política/poder é que, quando ocorrerem erros ou controvérsias em um destes campos, isto termina por contaminar ambos. O alto índice de rejeição do governo municipal do prefeito-bispo da IURD, Marcelo Crivela no Rio de Janeiro, de cerca de 72% – quando é atribuído a ele, pela população carioca, além da inoperância, a condução de suas políticas públicas por critérios religiosos e de favorecimento à sua igreja – atesta esta real probabilidade. Um exemplo recente destes imbróglis, frutos de uma política pública de favorecimento religioso, foi a intenção de Bolsonaro em conceder subsídio nas contas de luz para templos religiosos – leia-se igrejas evangélicas. Esta medida, se implementada, irá de encontro à orientação da equipe econômica do seu próprio governo, de corte de despesas no orçamento federal. Vale dizer que a notícia foi veiculada no jornal Estado de São Paulo em tom de crítica a esta proposta (WARTH; FERNANDES, 2020).

Além disso, esta visão religiosa/confessional do poder e da esfera pública vem sofrendo derrotas nos fóruns jurídicos representativos da Constituição e do Estado de Direito. Um exemplo disto

---

<sup>14</sup> É verdade que, por outro lado, grupos católicos carismáticos como a RCC e a Canção Nova, em atos performáticos do mesmo quilate, abençoaram Bolsonaro. Pode-se registrar neste particular o vídeo em que ele, Bolsonaro aparece com lideranças da Renovação Carismática Católica (RCC) tendo a frente o deputado Eros Bionadini PROS/MG, quando manifestam apoio e oram, enquanto o missionário carismático Ironi Spuldaro impõe as mãos na cabeça do candidato e faz uma “profecia” sobre o candidato (ARAGÃO, 2018). Da mesma maneira outro vídeo registra a visita de Bolsonaro a Comunidade Canção Nova onde recebe unção e bênção do Monsenhor Jonas Habib, líder desta comunidade carismática conservadora (MARIA, 2018).

foi o referendo pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da criminalização à homofobia, medida que contrariou bastante o desejo das lideranças evangélico-pentecostais.

Porém, é fato que não vivemos, no plano federal, completamente em um “governo dos eleitos” com um “ungido, homem de Deus” a testa deste, embora muitos indicadores simbólicos testemunhem esta condição. Contrabalançando estes eventos performáticos onde o presidente enuncia seu estilo cristão de governar, as tomadas de decisão estratégicas por setores centrais do poder nos marcos do capitalismo neoliberal vêm definindo as realizações concretas deste governo. Pois está, nas expectativas das elites econômicas brasileiras, irem dirigindo o governo, desde fora, através da pressão midiática na formação da opinião pública e da ação efetiva do Congresso Nacional, dando o tom das principais medidas neoliberais (Reformas Trabalhista, Reforma da Previdência, etc.) sem se envolverem em questões teológicas, morais e dos costumes.

De qualquer maneira esta ligação umbilical de Bolsonaro com a liderança das igrejas evangélico-pentecostais, onde se associa cada vez mais a figura pública de um ao outro, coloca ambos numa situação de exposição aberta. Um presidente que direciona suas ações para um grupo privilegiado<sup>15</sup> e não para o conjunto da nação e uma religião demasiadamente envolvida nos meandros do poder, absorvendo todas as ressonâncias mundanas das viciações da política. As consequências desta associação poderão ser avaliadas, se exitosas ou fracassadas, na sequência das conjunturas vindouras.

## Referências

- ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. *Cadernos PAGU*, v. 50, p. 5-30, 2017.
- \_\_\_\_\_. Deus acima de todos. In: ABRANCHES, Sérgio et al. (Orgs.). *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 35-51.
- AQUINO, Ruth de. *Sexo jovem virou coisa de esquerda*. 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/381MYJJ>>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- ARAGÃO, Jarbas. “Sem essa de Estado laico, somos um Estado cristão”, afirma Bolsonaro. 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2sklxvw>>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- \_\_\_\_\_. *Bolsonaro recebe profecia de missionário carismático*. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2RhuhLi>>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- BARBIÉRI, Luiz Felipe. *Damares diz que na “concepção cristã” mulher deve ser “submissa” ao homem no casamento*. 2019. Disponível em: <<https://glo.bo/2tgBXFD>>. Acesso em: 26 ago. 2019.
- BRESCIANI, Eduardo. *Futura ministra quer aprovação de projeto que prevê bolsa para vítima de estupro que desistir de aborto*. 2018. Disponível em: <<https://glo.bo/2QSSicR>>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018, p. 15-66.
- CACERES, Michael. *Bolsonaro é melhor avaliado por evangélicos, segundo Datafolha*. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/30fNP6Q>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

<sup>15</sup> No presente momento quando faço os ajustes finais fruto da submissão do artigo, me deparo com a notícia de que Bolsonaro, num domingo, foi a Catedral católica de Brasília para orações. Estaria o pêndulo se movendo agora para o lado católico no sentido de compensar os recentes alinhamentos explícitos com os evangélicos? No entanto, essa atitude do presidente difere das performances com os evangélicos, autênticos eventos plenos de pastores, bispos, parlamentares, etc. Neste ato simbólico voltado para o catolicismo, não estiveram padres, bispos ou membros dos grupos carismáticos que apoiam a visão religiosa de Estado de Bolsonaro (RABELLO, 2020).

CAMURÇA, Marcelo Ayres. O Brasil religioso que emerge do Censo de 2010: consolidações, tendências e perplexidades. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). *Religiões em movimento: o Censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 63-87.

\_\_\_\_\_. Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. *Estudos de Sociologia*, v. 3, n. 25, p. 125-159, 2019.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os políticos de Cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores (Orgs.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Editora Massangana, 2006, p. 29-89.

CASANOVA, José. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

\_\_\_\_\_. Rethinking Secularization: a global comparative perspective. *The Hedgehog Review*, v. 8, n. 1/2, p. 7-22, 2006.

COSTA, Waldney de Souza Rodrigues. *Curtindo a presença de Deus: religião, lazer e consumo entre crentes e canções*. 348f. Doutorado em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais, 2019.

CUNHA, Magali. “Lobos devoradores” e o cristofascismo no Brasil. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2tdiCFq>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. *Evangélicos crescem no Brasil, mas a fé cristã diminui*. 2019a. Disponível em: <<http://bit.ly/2QMzGEN>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. *Evangélicos conservadores são, hoje, prioridade no governo Bolsonaro*. 2019b. Disponível em: <<http://bit.ly/35Ka6Li>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

DIP, Andrea. *A violência sexual no Marajó não é nada do que a ministra Damares diz*. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/2NowALt>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

DULLO, Eduardo. A escala do problema: visibilidade e complexidade em controvérsias políticas e religiosas. In: Reunião Equatorial de Antropologia. *Anais...* Salvador: UFBA, 2019.

DREHER, Martin. Um esboço da história do protestantismo no Brasil. In: BEOZZO, José Oscar. *Curso de Verão: ano III*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989, p. 101-119.

ESTADÃO CONTEÚDO. *Cultos, alertas e chamados movem a “bancada da Bíblia” no Congresso*. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/383moA4>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

FERNANDES, Rubem César. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FILHO, Will. *Feliciano é indicado por Bolsonaro para a vice-liderança do governo no Congresso*. 2019a. Disponível em: <<http://bit.ly/3a6DNcP>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. *Bolsonaro não assina documento de consagração do Brasil à “Nossa Senhora”*. 2019b. Disponível em: <<http://bit.ly/2FNZb8V>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Resultados da apuração para presidente no 2º turno*. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/36LhPtT>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

GIUMBELLI, Emerson. Religião, estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 52, p. 47-52, 2004.

\_\_\_\_\_. “Minorias religiosas”. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 229-247.

GOMES, Edlaine Campos. *A era das catedrais da IURD: a autenticidade em exibição*. 219f. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

GOMES, Wilson. Nem anjos nem demônios. In: ANTONIAZZI, Alberto (Org.). *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 225-270.

GUTIERREZ, Carlos. “Igreja Universal e política: controvérsia em torno do secularismo”. In: MONTERO, Paula (Org.). *Religiões e controvérsias públicas: experiências, práticas sociais e discursos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome; Campinas: Editora Unicamp, 2015, p. 49-74.

HABERMAS, Jurgen; TAYLOR, Charles. Dialogue: Jurgen Habermas and Charles Taylor. In: BUTLER, Judith et al. (Orgs.). *The power of religion in the public sphere*. New York: Columbia University Press, 2011, p. 60-69.

JARDIM, Lauro. *Bolsonaro muda horário de culto no Planalto por causa do Flamengo*. 2019. Disponível em: <<https://glo.bo/2TmO5Qa>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. São Paulo: ANPOCS, 1996.

\_\_\_\_\_. Olhando as mulheres pentecostais através do espelho. In: VALLA, Vítor Vincent (Org.). *Religião e cultura popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 79-90.

\_\_\_\_\_. Evangélicos e as eleições de 2002 no Rio de Janeiro: as disputas pelo poder legislativo em perspectiva. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores Campos (Orgs.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana, 2006, p. 91-117.

MAFRA, Clara. Distância territorial, desgaste cultural e conversão pentecostal. In: ALMEIDA, Ronaldo; MAFRA, Clara (Orgs.). *Religiões e cidades: Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009, p. 69-89.

\_\_\_\_\_. Como o Espírito Santo educa a atenção? In: STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (Orgs.). *Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012, p. 87-102.

MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo. In: FORACCHI, Maria Alice (Org.). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982, p. 107-136.

MARIA, Rafael Arcanjo de. *Bolsonaro na canção nova com Jonas Habib e Luzia Santiago*. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/36QPbho>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, v.11, n. 2, p. 238-258, 2011.

MARIANO, Ricardo; ORO, Ari Pedro. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil. *Debates do NER*, n. 18, p. 11-38, 2010.

MARINI, Luisa; CARVALHO, Ana Luiza de. *Renovada, bancada evangélica chega com mais força no próximo Congresso*. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/380nmwJ>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

MARIZ, Cecília Loreto. Alcoolismo, gênero e pentecostalismo. *Religião e Sociedade*, v. 16, n. 3, p. 80-93, 1994a.

\_\_\_\_\_. Libertação e ética: uma análise do discurso dos pentecostais que se recuperaram do alcoolismo. In: ANTONIAZZI, Alberto (Org.). *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994b, p. 204-224.

\_\_\_\_\_. A Teologia da batalha espiritual: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 47, p. 33-48, jan./jun. 1999.

MIRANDA, Júlia. Estado laico no Brasil: entre sofismas e ambigüidades. *Cultura y Religión*, v. 7, n. 2, p. 69-85, 2013.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 74, p. 47-65, 2006.

\_\_\_\_\_. Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e discontinuidades. *Debates do NER*, v. 1, n. 33, p. 15-39, 2018.

NOGUEIRA, Ítalo. *Não cabe mais político com dimensão carnavalesca, afirma Marcelo Crivella*. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/3a0UKFy>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

PAINS, Clarissa. *“Menino veste azul e menina veste rosa”, diz Damares Alves em vídeo*. 2019. Disponível em: <<https://glo.bo/3a5cBuV>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, n. 11, p. 104-132, 1989.

RABELLO, Nestor. *Bolsonaro visita Catedral de Brasília, ajoelha-se e faz oração*. 2020. Disponível em: <<http://bit.ly/386xBQr>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

ROCHA, André Ítalo. *Bolsonaro recebe unção de Edir Macedo e bispo diz que presidente “vai arrebentar”*. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/2tUe86z>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

SANCHIS, Pierre. O repto pentecostal à cultura católico-brasileira. In: ANTONIAZZI, Alberto (Org.). *Nem Anjos nem Demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 34-63.

TADVALD, Marcelo. A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. *Debates do NER*, n. 27, p. 259-288, 2015.

TERRA. *Bienal do Livro do Rio, Crivella, “Vingadores” e censura: saiba o que aconteceu*. 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/3802rdj>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

TREVISAN, Janine. A Frente Parlamentar Evangélica: força política no Estado laico brasileiro. *Numen*, v. 16, p. 29-57, 2013.

VALFRÉ, Vinícius. *Em discurso, Bolsonaro dá a palavra a Magno Malta, que faz oração*. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2NCuO9V>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

WARTH, Anne; FERNANDES, Adriana. *Bolsonaro quer subsidiar conta de luz de igrejas*. 2020. Disponível em: <<http://bit.ly/2tdrpHr>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

Recebido em: 2 jan. 2020.

Aceito em: 15 jan. 2020.

---

*Marcelo Ayres Camurça*: Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Titular aposentado do Departamento de Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Religião e em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisador visitante do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista produtividade CNPq. E-mail: mcamurca@terra.com.br. Brasil.